

Demonstrações Financeiras

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

31 de dezembro de 2015
com Relatório dos Auditores Independentes

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	9



Centro Empresarial Queiroz Galvão
Torre Cícero Dias
Rua Padre Carapuço, 858,
8º andar, Boa Viagem
51020-280 - Recife, PE, Brasil
Tel: (55 81) 3201-4800
Fax: (55 81) 3201-4819
www.ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.
Recife - PE

Examinamos as demonstrações financeiras da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Interligação Elétrica Garanhuns S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Recife (PE), 22 de fevereiro de 2016

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP 015199/F-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Francisco da Silva Pimentel', is written over a horizontal line.

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC-1SP 171230/O-7-T-PE

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Notas	2015	2014
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	383	30
Aplicações financeiras	4	23.431	36.860
Concessionárias e permissionárias	6	5.044	-
Ativo financeiro indenizável	8	83.014	-
Tributos a recuperar	7	2.274	1.748
Outros créditos		62	37
Despesas antecipadas		-	58
		114.208	38.733
Não circulante			
Caixa restrito	5	13.216	13.133
Outros créditos		-	25
Ativo financeiro indenizável	8	1.050.829	839.286
Imobilizado		182	208
		1.064.227	852.652
Total do ativo		1.178.435	891.385

	Notas	2015	2014
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	3.326	9.276
Empréstimos e financiamentos	10	30.223	31.729
Tributos a recolher	7	2.563	1.747
PIS e cofins diferidos	11	8.480	7.615
Obrigações estimadas		897	664
Outras contas a pagar		2.140	-
		47.629	51.031
Não circulante			
Fornecedores	9	2.866	-
Empréstimos e financiamentos	10	312.695	330.650
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	42.100
PIS e cofins diferidos	11	96.971	70.019
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	49.740	22.990
		462.272	465.759
Patrimônio líquido			
Capital social	14	568.500	330.000
Reservas de lucros		100.034	44.595
		668.534	374.595
Total do passivo e patrimônio líquido		1.178.435	891.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em reais)

	Notas	2015	2014
Receita operacional líquida	15	272.897	319.542
Custo da infraestrutura	16	(166.765)	(247.328)
Lucro operacional bruto		106.132	72.214
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais	16	(26)	(26)
Outras receitas operacionais	16	259	227
		233	201
Resultado do serviço		106.365	72.415
Resultado financeiro			
Receita financeira	17	3.234	2.996
Despesa financeira	17	(25.674)	(19.662)
		(22.440)	(16.666)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		83.925	55.749
Corrente:			
Imposto de renda		(1.270)	-
Contribuição social		(466)	-
		(1.736)	-
Diferido:			
Imposto de renda	12	(19.662)	(13.947)
Contribuição social	12	(7.088)	(5.021)
		(26.750)	(18.968)
		(28.486)	(18.968)
Lucro líquido do exercício		55.439	36.781
Quantidade de ações ao final do exercício (em milhares)		568.500	330.000
Lucro básico e diluído por lote de 1000 ações – R\$		97,52	111,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro líquido do exercício	55.439	36.781
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>55.439</u>	<u>36.781</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de dividendos		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	195.000	392	5.566	1.856	-	202.814
Aumento de capital (Nota 13)	135.000	-	-	-	-	135.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	36.781	36.781
Destinação do lucro						
Reserva legal	-	1.839	-	-	(1.839)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	8.736	(8.736)	-
Retenção de lucros	-	-	26.206	-	(26.206)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	330.000	2.231	31.772	10.592	-	374.595
Aumento de capital (Nota 13)	238.500	-	-	-	-	238.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	55.439	55.439
Destinação do lucro						
Reserva legal	-	2.772	-	-	(2.772)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	13.167	(13.167)	-
Retenção de lucros	-	-	39.500	-	(39.500)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	568.500	5.003	71.272	23.759	-	668.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Demonstração de fluxo de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	55.439	36.781
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	26	26
Remuneração dos ativos de concessão	(116.796)	(79.291)
Receitas, juros e variações monetárias líquidas	20.127	15.899
PIS e cofins diferidos	27.817	32.570
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26.750	18.968
	13.363	24.953
(Aumento) redução no ativo		
Concessionárias e permissionárias	1.138	-
Tributos a recuperar	(526)	8.641
Ativo financeiro indenizável	(183.942)	(272.821)
Outros créditos	1	(28)
Despesas antecipadas	58	80
	(183.271)	(264.128)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	(3.085)	(40.454)
Tributos a recolher	816	391
Obrigações estimadas	231	(42)
Outros passivos	2.140	-
	102	(40.105)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	(169.806)	(279.280)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	16.513	(43.274)
Aplicações no imobilizado	-	(11)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento:	16.513	(43.285)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	42.100
Aumento do capital social	196.400	135.000
Amortização de principal e juros de financiamentos e debêntures	(54.413)	(200.298)
Captação de empréstimos e financiamentos	11.658	345.583
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	153.645	322.385
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	353	(180)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa		
Saldo no início do exercício	30	210
Saldo no final do exercício	383	30
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	353	(180)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional e concessões

1.1 Objeto social

A Interligação Elétrica Garanhuns S.A. (a “Companhia”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, em 22 de setembro de 2011, com o propósito específico de exploração de ativos de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.2 Concessões

Pelo Contrato de Concessão nº 022/2011, de 30 de novembro de 2011, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as seguintes instalações de transmissão:

- LT 500 kV Luis Gonzaga - Garanhuns - 2º circuito, com origem no Estado do Alagoas e término no Estado de Pernambuco, com extensão de 224 km;
- LT 500 kV, Garanhuns - Pau Ferro - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 239 km;
- LT 500 kV, Garanhuns - Campina Grande III - circuito simples, com origem no Estado de Pernambuco e término no Estado da Paraíba, com extensão de 190 km;
- LT 230 kV, Garanhuns - Angelim I - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 13 km;
- Seccionamento das LT 500 kV Angelim II - Recife - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 166 km (2 x 83 km);
- Seccionamento da LT 500 kV Luis Gonzaga - Angelim II - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 6 km (2 x 3 km);
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C4 - circuito simples, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km);
- Seccionamento da LT 230 kV Paulo Afonso III - Angelim C2 e C3 - circuito duplo, no Estado de Pernambuco, com extensão de 2 km (2 x 1 km);
- SE Garanhuns 500/230 kV - 600 MVA, no Estado de Pernambuco; e
- SE Pau Ferro 500/230 kV - 1500 MVA, localizada no Estado de Pernambuco.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional e concessões--Continuação

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária foi definida pelo poder concedente, a ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias.

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP(*)	Índice de correção
022/2011	30	22/09/2041	68.900	IPCA

(*) A RAP informada está conforme contrato de concessão ANEEL 022/2011 e tem a referência de setembro de 2011 (valor original).

O valor da RAP projetada para o exercício de 2016 é de R\$ 91.678.

A Companhia iniciou sua operação comercial em novembro de 2015.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em Nota 8.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 22 de fevereiro de 2016.

a. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados relevantes estão relacionadas aos seguintes aspectos: contabilização dos contratos de concessão, momento de reconhecimento do ativo financeiro, determinação das receitas da implementação de infraestrutura, definição da taxa efetiva de juros do ativo financeiro, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis e trabalhistas, quando existentes.

Contabilização de contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura como ativo financeiro. O tratamento contábil para os contratos de concessão da Companhia e suas características estão demonstrados nas Notas 2.1 e 8.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão.

A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de implementação da infraestrutura relacionado com ampliação da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. O ativo financeiro é registrado em contrapartida a receita de implementação de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. O ativo financeiro de indenização será reconhecido quando a implementação da infraestrutura for finalizada.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.1 Bases de elaboração e apresentação--Continuação

b. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas---Continuação

Determinação da taxa efetiva de juros do ativo financeiro

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento. Esta taxa de juros é fixa e determinada com base nos custos efetivos do projeto original vinculado ao contrato de concessão. Se a Companhia revisa as suas estimativas de pagamentos, receitas ou taxa de juros, a quantia escriturada do ativo financeiro é ajustada para refletir os fluxos estimados de caixa reais e revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de implementação de infraestrutura prestado, dessa forma, por consequência, apura margem de lucro. Na contabilização das receitas de implementação de infraestrutura, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de implementação da infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação de infraestrutura mais determinadas despesas do período de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de implementação da infraestrutura.

Valor do ativo indenizável

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Determinação dos serviços de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas em conformidade com o estabelecido pela ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas (serviços de operação e manutenção), mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão.

As receitas da Companhia são:

Receita de implementação da infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura das instalações de transmissão de energia elétrica. São reconhecidos conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins ao valor do investimento uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação de infraestrutura e encargos.

Receita de remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa efetiva, sobre o montante a receber da receita de implementação de infraestrutura, acrescentando-se as alíquotas de PIS e Cofins. A taxa efetiva de juros é apurada descontando-se os fluxos de caixa futuros estimados durante a vida prevista do ativo financeiro sobre o valor contábil inicial deste ativo financeiro.

Receita de Operação e Manutenção

Refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

c. Tributos

Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributáveis. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

Os impostos diferidos passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

O PIS e a Cofins diferidos incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão que remunera o ativo financeiro. O recolhimento de tais tributos ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e amortização do ativo financeiro, ou seja, com o início da operação em novembro de 2015.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Classificação e mensuração

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Quando um instrumento de patrimônio não é cotado em um mercado ativo e seu valor justo não pode ser mensurado com confiança, este é mensurado ao custo e testado para *impairment* (redução do valor recuperável do bem ativo).

A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial. A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na demonstração do resultado do exercício.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se (i) for adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou (ii) no reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou (iii) for um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro além dos mantidos para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou (ii) o ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou (iii) fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o CPC 38 permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos equivalentes de caixa e as aplicações financeiras.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.3 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Classificação e mensuração--Continuação

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como “disponíveis para venda” ou não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento, ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, são registrados na rubrica “Outros resultados abrangentes”, no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendia, as contas a receber (concessionárias e permissionárias e ativo financeiro da concessão).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Administração não identificou evidência objetiva de redução ao valor recuperável dos ativos, não sendo necessária a constituição de provisão.

Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram, ou transfere o ativo, e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Companhia. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar são reconhecidos. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Quando da baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulados será reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulado no patrimônio. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não ocorreram baixas de ativos financeiros que impactaram os direitos contratuais.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

d. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

e. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos, por não apresentarem diferença significativa com seu valor de mercado.

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado. Os juros, correção monetária e variação cambial, quando aplicável, contratados nas aplicações financeiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

f. Contas a receber (ativo de concessão)

Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, inclui os valores a receber referentes aos serviços de implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos da concessão, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável, registrado ao término da construção, refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão, como já mencionado nas Notas 2.1 e 8.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

g. Imobilizado

Representado, basicamente, pelos ativos administrativos. A depreciação é calculada pelo método linear considerando vida útil estimada e o método de depreciação seguem os critérios previstos na Resolução ANEEL n°. 367, de 2 de junho de 2009.

h. Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Provisões são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

i. Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço, quando aplicáveis.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicáveis, as provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação. São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis—Continuação

j. Provisões

A Companhia não possui contingências cuja avaliação das expectativas de perdas de seus assessores jurídicos seja “provável”. Assim, nenhuma provisão para perdas foi constituída.

i. Demonstração dos fluxos de caixa (“DFC”)

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

m. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas de remuneração dos ativos da concessão no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)

A Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC. Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- O concedente controla ou regulamenta quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e
- O concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura implementada, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Caso o concessionário realize mais de um serviço (por exemplo serviços de implementação de infraestrutura ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de implementação da infraestrutura ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de implementação da infraestrutura; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de implementação da infraestrutura do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação da concessão detida pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável ao contrato de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

A concessão foi classificada dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de implementação da infraestrutura.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de implementação da infraestrutura considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de implementação da infraestrutura foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita de remuneração dos ativos da concessão apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras e sumário das práticas contábeis--Continuação

2.2 Principais práticas contábeis--Continuação

n. Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05 - IFRIC 12)--Continuação

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos", no passivo não circulante, e como deduções da receita operacional bruta, nas demonstrações de resultados.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e depósitos bancários à vista	383	30
	<u>383</u>	<u>30</u>

4. Aplicações financeiras

	2015	2014
CDB - Certificados de Depósitos Bancários	23.431	36.860
	<u>23.431</u>	<u>36.860</u>

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados por aplicações em CDB - Certificados de Depósitos Bancários, todos com vencimento superior a 90 dias, com taxa de remuneração que variam de 90% a 106% do CDI.

5. Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou saldo de R\$ 13.216 (R\$ 13.133 em 31 de dezembro de 2014), referentes a contas de reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Concessionárias e permissionárias

	<u>2015</u>
Encargos de uso da transmissão a receber	<u>5.044</u>
	<u>5.044</u>

7. Tributos a recuperar e a recolher

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Ativo		
Circulante:		
IRRF sobre aplicações financeiras	2.262	1.748
Outros	12	-
	<u>2.274</u>	<u>1.748</u>
Passivo		
Circulante:		
Imposto de renda	1.270	-
CSLL	466	-
IRRF a recolher	17	19
ISS a recolher	758	1.718
PIS/COFINS/CSLL a recolher	40	10
Outros	12	-
	<u>2.563</u>	<u>1.747</u>

8. Ativo financeiro indenizável

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	839.286	487.174
Remuneração dos ativos da concessão	116.796	79.291
Receita de infraestrutura	183.434	272.821
Receita de O&M	508	-
Realização do ativo financeiro (RAP)	(6.181)	-
Saldo final	<u>1.133.843</u>	<u>839.286</u>
Circulante	<u>(83.014)</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>1.050.829</u>	<u>839.286</u>

Os serviços públicos de transmissão de energia elétrica prestados pela Companhia são regulamentados pelo Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União – Poder Concedente e a Interligação Elétrica Garanhuns S.A. Estes contratos de concessão estabelecem os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados. Estes contratos estabelecem também, que os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente no final da concessão, mediante pagamento de uma indenização.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo financeiro indenizável--Continuação

Sendo assim, com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia, decidiu-se pela aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão na Companhia. A Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A infraestrutura implementada da atividade de transmissão será recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a. Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; e
- b. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando-se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

O saldo de fornecedores refere-se, basicamente, às compras de materiais e serviços para a implementação da infraestrutura de transmissão. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de fornecedores é R\$ 6.192 (R\$ 9.276 em 31 de dezembro de 2014).

10. Empréstimos e financiamentos

	2015	2014
Moeda Nacional		
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (1)		
Principal	342.524	362.077
Encargos	969	925
	343.493	363.002
(-) Custos de transação	(575)	(623)
	342.918	362.379
Circulante	(30.223)	(31.729)
Não circulante	312.695	330.650

- (1) Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento no valor original de R\$ 357.440, obtido junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a ser pago em prestações mensais, com vencimentos até dezembro de 2028. Os encargos financeiros incidentes sobre a dívida são:

Parcela	Valor original	Indexador	Spread (% a.a.)
Subcrédito A	234.978	Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	2,05
Subcrédito B	120.686	Pré-fixado	3,50
Subcrédito C	1.776	Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP	N/A

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão n° 022/2011-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08, a Companhia contabilizou os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de empréstimos e estão amortizando nas mesmas bases de amortização dos empréstimos.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos estão representados a seguir:

Vencimento por exercício:	2015	2014
2016	-	30.830
2017	29.281	30.830
2018	29.281	30.830
2019	29.281	30.830
2020	29.281	30.830
Após 2020	195.571	176.500
	312.695	330.650

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, está assim representada:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	362.379	-
Captações	11.610	346.014
Juros incorridos	23.342	16.365
Amortização de principal e juros	(54.413)	-
Saldo final	342.918	362.379

A Companhia é obrigada a manter índice mínimo de serviços da dívida nos termos de seu contrato de financiamento, o qual não foi atingido em 31 de dezembro de 2015, em decorrência da postergação do início de suas atividades operacionais para novembro de 2015. Devido ao não atingimento do índice mínimo retromencionado, alternativamente e nos termos do referido contrato, conforme descrito na Nota 20, a Companhia efetuou depósito complementar na “conta reserva” junto à instituição financeira credora. Assim, a Administração entende que a Companhia cumpriu integralmente suas obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2015.

11. PIS e Cofins diferidos

As contribuições de PIS e Cofins incidem sobre a receita de implementação de infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão, que remunera o ativo financeiro. O total destes tributos é R\$ 105.451 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 77.634 em 31 de dezembro de 2014). O recolhimento ocorrerá no período do efetivo faturamento da RAP e liquidação do ativo financeiro, conforme previsto na Lei 12.973/14.

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferido passivo é decorrente dos resultados da operação de implementação de infraestrutura e receita de remuneração dos ativos da concessão (ICPC 01) reconhecidos por competência, que serão oferecidos a tributação a medida do efetivo recebimento, conforme previsto nos artigos no. 83 e 84 da Instrução Normativa no. 1.515 e Lei 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2015, o saldo registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos é de R\$ 49.740 (R\$ 22.990 em 31 de dezembro de 2014). O valor da despesa correspondente é de R\$ 26.750 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 18.968 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014). A taxa efetiva apurada está similar à taxa nominal de 34%.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Provisão para contingências

A Companhia possui em andamento ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia em 31 de dezembro de 2015, que totalizam aproximadamente R\$ 11.968 (R\$ 43.429 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram avaliadas pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível. Adicionalmente caso estes processos venham a ter decisão desfavorável para a Companhia os valores da servidões em questão serão integraram o valor de custo do ativo financeiro.

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite do capital social autorizado de R\$ 570.000

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 568.500 (R\$ 330.000 em 31 de dezembro de 2014), representado por 568.500 ações ordinárias, sem valor nominal.

O Conselho de Administração aprovou aporte no capital social no montante de R\$ 238.500, mediante aporte dos acionistas, em moeda corrente do país, conforme aprovado em Reuniões do Conselho de Administração, datadas de 24 de abril, 29 de maio, 06 e 14 de julho, 07 e 12 de agosto, 04 de setembro, 09 de outubro e 13 de novembro de 2015.

O Conselho de Administração aprovou aporte no capital social no montante de R\$ 135.000, mediante aporte dos acionistas, em moeda corrente do país, conforme aprovado em Reuniões do Conselho de Administração, datadas de 14 de fevereiro e 21 de março de 2014.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é a seguinte:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>		<u>%</u>
	<u>2015</u>	<u>2014</u>	
CTEEP	289.935.000	168.300.000	51%
CHESF	278.565.000	161.700.000	49%
	568.500.000	330.000.000	100%

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Reservas de lucros

- (i) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) Reserva especial de dividendos: De acordo com o Estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. Em 2015, a Administração não propôs o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 13.243 (2014: R\$ 8.736), considerando que a situação financeira da Companhia ser incompatível com o pagamento desses dividendos, nos termos do Art. 202, da Lei 6404/76. Assim, propôs a constituição para a reserva de retenção de lucro, os quais serão pagos quando da reversão dessa situação financeira da Companhia.
- (iii) Reserva de retenção de lucros: A parcela remanescente do lucro líquido do exercício, após as distribuições e demais destinações estatutárias, permanecerão à disposição dos acionistas para futuras destinações.

c) Dividendos

O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Lucro líquido exercício	55.439	36.781
(-) Reserva legal	(2.772)	(1.839)
Base de cálculo	52.667	34.942
Dividendos mínimos obrigatórios	13.167	8.736

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Administração não constituiu a obrigação de pagamento dos dividendos mínimos. O valor correspondente de dividendos mínimos desses exercícios, foram registrados, como reserva especial de dividendos, no patrimônio líquido.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

	2015	2014
Receita operacional		
Remuneração dos ativos da concessão (a)	116.796	79.291
Receita de infraestrutura (b)	183.434	272.821
Receita de operação e manutenção (c)	508	-
	300.738	352.112
Deduções da receita operacional		
PIS	(4.966)	(5.810)
Cofins	(22.875)	(26.760)
	(27.841)	(32.570)
Receita operacional líquida	272.897	319.542

(a) Remuneração dos ativos da concessão

A receita pela remuneração dos ativos da concessão é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

(b) Receita de infraestrutura

A receita relacionada aos serviços de implementação de infraestruturasob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada.

(c) Receita de operação e manutenção

Operação e Manutenção refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 30 dias.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Custos dos serviços de construção e despesas operacionais

	2015	2014
Custos da infraestrutura	(166.765)	(247.328)
Administrativas e gerais	(26)	(26)
Outras receitas operacionais	259	227
	<u>(166.532)</u>	<u>(247.127)</u>
Serviços de construção	(142.553)	(160.597)
Faixa de servidão	(19.654)	(12.004)
Tributos e taxas	(5.138)	(25.245)
Material de construção	(2.934)	(38.368)
Estudos e projetos	-	(3.037)
Salários e encargos sociais	(4.718)	(2.428)
Remuneração da administração	-	(885)
Desapropriações	9.398	(4.325)
Outras despesas	(933)	(238)
	<u>(166.532)</u>	<u>(247.127)</u>

17. Receita e despesa financeira

	2015	2014
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	3.183	2.728
Outras receitas financeiras	51	268
	<u>3.234</u>	<u>2.996</u>
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(23.295)	(18.627)
Outros	(2.379)	(1.035)
	<u>(25.674)</u>	<u>(19.662)</u>
Resultado financeiro	<u>(22.440)</u>	<u>(16.666)</u>

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participarem de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro-- Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *swap* contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação – R\$
2015		
Reais	+20	(4.785)
Reais	-20	4.785
2014		
Reais	+20	(3.725)
Reais	-20	3.725

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Interligação Elétrica Garanhuns S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2015 e 2014
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro-- Continuação

b) Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

19. Cobertura de seguros

A Companhia contratou o seguro garantia para cobertura pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas no Contrato de Concessão nº 022/2011, firmado com a ANEEL. A vigência do seguro iniciou-se em 20 de novembro de 2011, período contratual de construção das instalações de transmissão. Em 19 de novembro de 2015, a apólice foi renovada para 1º de março de 2016. A importância segurada total é de R\$ 47.100. O escopo de trabalho de nossos auditores não contempla a avaliação da suficiência da cobertura de nossos seguros.

20. Eventos subsequentes

Em 26 de janeiro de 2016, a Companhia exerceu alternativa contratual e depositou R\$ 13.658, na "conta reserva" junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, correspondente ao montante de mais 3 vezes a última prestação vencida do serviço da dívida, em atendimento aos termos do Contrato de Financiamento, assinado entre a Companhia e o BNDES, comentado na Nota 10.